

“Maior rotatividade dos CEO é uma boa regra de corporate governance”

Separação dos cargos de CEO e de ‘chairman’ e maior certificação dos directores são as actuais tendências.

Margarida Vaqueiro Lopes

Numa altura em que Portugal se prepara para ter à disposição das empresas um novo código de ‘Corporate Governance’, Ludo Van der Heyden, um dos gurus da área, explicou ao Diário Económico quais as tendências do momento, em termos globais, e o que o País deveria ter em consideração no novo código.

Para o professor do INSEAD (Institut Européen d’Administration des Affaires), uma das questões que deveria estar em cima da mesa aquando da elaboração e disponibilização do novo código, é o facto de os CEO deverem ter um tempo de vida mais curto do que actualmente. É difícil, por exemplo, ter recordação de um CEO português que tenha sido demitido nos últimos vinte e cinco anos, por exemplo, recordou um dos presentes na conferência organizada pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) a que Ludo van der Heyden presidiu, antes de falar ao Diário Económico. “A boa ‘corporate governance’ e a preservação de valor estão relacionadas com uma maior rotatividade de CEO”, afirmou o especialista. “A dificuldade está no facto de às vezes existirem CEO que são muito bons quando ficam mais tempo, mas esses são as excepções”, sublinhando o caso das empresas familiares. Ali, onde geralmente um CEO fica por um período de tempo muito longo, a principal diferença está no facto de que esse executivo tem noção de que está a construir valor “para as próximas gerações”. O que lhe dá uma postura diferente.

Mas, “basicamente o que é verdade é que a maior circulação de valor, por parte de um CEO aparece nos seus primeiros cinco a sete anos [em funções]. Agora, a dificuldade em ‘governance’ é que não se pode tornar isto como certo, não se pode dizer a um CEO ao fim de sete anos que ‘chegou a tua hora’. Porque há CEO que são muito bons em dez anos...por isso é que falo de um ‘nevoeiro’ que está sempre

presente na ‘corporate governance’”. Van der Heyden sublinha que o contexto é um dos mais importantes factores a ter em conta quando se fala de ‘corporate governance’, o que dificulta a existência de modelos perfeitos a seguir.

“A ‘corporate governance’ é um estado de espírito. É uma competência”, resume. Mas nota que os modelos utilizados pelos países protestantes

A crise veio colocar mais holofotes sobre a importância da ‘corporate governance’ numa altura em que Portugal se prepara para apresentar um novo código, alternativo ao da CMVM, o único existente actualmente.

DICAS PARA O NOVO CÓDIGO

● Ludo Van der Heyden avisa que “é preciso apresentar um glossário muito claro”, algo que ainda é preciso melhorar.

● “Governance é governance. Não pode depender do tamanho das empresas”, nota, referindo-se à algumas diferenças que o novo código tem entre as regras para grandes e pequenas empresas.

● “O código existe para dar confiança”. Significa que tem que ser claro, também para os estrangeiros. “Até porque o País precisa de capital e não tem”.

“Austrália, e Alemanha, por exemplo” – são os que transparecem melhores práticas de ‘governance’. O Canadá também foi apontado como um modelo a ter em conta e até teve direito a piadas: “Os norte-americanos dizem que os canadianos são aborrecidos, mas foi por isso que não vimos os bancos canadianos a cair”, brincou o especialista. E notou que apesar das diferenças, há tendências globais que podem ser apontadas, como a necessidade de os cargos de CEO e ‘chairman’ serem totalmente separados, e a necessidade de certificação dos directores das empresas. “São tendências actuais, globalmente”.

Com um olhar mais focado na Europa, Ludo Van der Heyden sublinhou a importância de haver uma melhor “governance” nos Governos dos diversos países”. Porque, continuou, “isto é sobre ser exigente com os executivos. E nós temos que ser ainda mais exigentes se estamos a falar de dinheiros públicos”, resumiu.

Questionado sobre que problemas mais lhe saltam à vista quando olha para Portugal, Van der Heyden é peremptório: a falta de dinheiro para as pequenas e médias empresas. “Em Portugal não há dinheiro nas Pequenas e Médias Empresas (PME), o que é um problema estrutural da economia portuguesa”, admitiu. Só que, continuou, “as empresas pequenas são muito baratas e são uma boa escola, porque dão uma boa oportunidade aos mais novos para crescer, e nessa altura eles não são muito caros”. Porque só com pessoas bem formadas é possível, posteriormente, ter executivos de topo.

No mesmo sentido, aconselhou as empresas a olharem para fora do País e, sobretudo, para fora da Europa, sublinhando a importante vantagem de Portugal junto de países como o Brasil, Angola, ou Moçambique: “Vocês falam a mesma língua. Até em alguns locais da Ásia”. E rematou lembrando que uma boa ‘governance’ implica também correr alguns riscos, sabendo que vão valer a pena. ■

Paulo Figueiredo

O belga Ludo Van der Heyden é um dos mais reconhecidos especialistas mundiais na área do ‘corporate governance’.

